

---

# NOTAS E COMENTÁRIOS

---

Persp. Teol 16 (1984) 57-64

## IGREJA E RECONCILIAÇÃO

Três intervenções de Dom Aloísio Lorscheider no VI Sínodo dos Bispos\*

### I

#### A Igreja, sinal de reconciliação e de penitência

1. Como pode a Igreja em nosso mundo conflitivo ser *sinal* de reconciliação e penitência?

Dois textos do Concílio Vaticano II para *fundamentar* a função da Igreja como sinal de reconciliação e penitência:

"A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene, de que necessita perpetuamente como instituição humana e terrena" (UR 6).

"... a Igreja, abrangendo pecadores em seu próprio seio, ao mesmo tempo santa e sempre na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação" (LG 8).

2. Que *elemento impede mais* a reconciliação e a penitência no mundo atual?

Sem dúvida alguma é a *dominação*. A ela se refere a Encíclica "Dives in misericordia", quando afirma:

---

(\*) Selecionamos aqui três dentre os pronunciamentos de Dom Aloísio Lorscheider no VI Sínodo dos Bispos (Roma, outubro de 1983). Por sua penetração e por sua oportunidade merecem ser divulgados, lidos e meditados. Neles se inspira o Editorial deste número de PERSPECTIVA TEOLÓGICA. Os textos, originalmente em latim, estavam datados respectivamente de 2, 7 e 6 de outubro de 1983. Usam-se no texto as siglas seguintes: UR (= Unitatis Redintegratio) – Decreto sobre o Ecumenismo; LG (= Lumen Gentium) – Constituição Dogmática sobre a Igreja; LE (= Laborens Exercens) – Encíclica de João Paulo II sobre o trabalho; SC (= Sacrosanctum Concilium) – Constituição sobre a Liturgia; OE (= Orientalium Ecclesiarum) – Decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas. (N. da R.)

---

“Com razão, portanto, o homem tem medo de vir a ser vítima de uma opressão que o priva da liberdade interior, do direito de manifestar a verdade de que está convencido, da fé que professa, do direito de obedecer à voz da consciência que lhe indica o reto caminho a seguir. Os meios técnicos à disposição da sociedade atual encerram, de fato, não apenas a possibilidade de uma autodestruição mediante um conflito militar, mas também a possibilidade de uma sujeição ‘pacífica’ dos indivíduos, dos âmbitos de vida, de inteiras sociedades e de nações que, seja por que motivo for, se apresentam incômodos para aqueles que dispõem dos mencionados meios e estão prontos para servir-se deles sem escrúpulos. Pense-se ainda nas torturas que continuam a existir no mundo, adotadas sistematicamente por autoridades como instrumento de dominação ou de opressão política, e praticadas impunemente por subalternos.

Assim, ao lado da consciência da ameaça biológica, vai crescendo a consciência de outra ameaça que destrói ainda mais aquilo que é essencial ao homem, ou seja, aquilo que está intimamente relacionado com a sua dignidade de pessoa, com o seu direito à verdade e à liberdade” (nº 11).

Trata-se, pois, — como é óbvio — de ameaça à vida biológica e, o que é mais triste e pior, de ameaça à própria consciência, que atinge a dignidade da pessoa e o direito à verdade e à liberdade. Onde há dominação e opressão, a pessoa não se pode desenvolver livremente. A liberdade é um grande dom dado por Deus ao homem. A coexistência da liberdade do homem junto à liberdade de Deus revela em grau supremo a grandeza de Deus.

3. Portanto, a Igreja não se pode apresentar ao mundo como *dominadora*, mas como *servidora*. Tudo quanto a Igreja faz, importa que o faça sempre em serviço dos outros, não dando nunca a impressão de desejar dominar. O caminho da Igreja é a *pobreza*, a perseguição, não a glória terrena, mas a *humildade* e a *abnegação*. Toda obra evangelizadora da Igreja procede dos pobres e a eles, em primeiro lugar, se dirige: “Enviou-me a evangelizar os pobres” (Lc 4, 18). Aí se deve procurar o lugar social da Igreja, pois o próprio Cristo assim o fez. A Igreja se deveria pôr de modo mais decidido do lado dos pobres e com os pobres, que no mundo atual são constantemente vítimas do pecado de injustiça social, que, por sua vez, é fruto de um sistema em que os valores do Evangelho, principalmente o primado do homem, são pouco estimados. Se olharmos a vida de Cristo, notaremos que em toda a parte andou rodeado pelos pobres e os teve como seus prediletos (cf. Lc 7, 18-23; LG 8). Hoje para muitos tal palavra pode soar dura, mas não podemos fechar os olhos à realidade nem evitar nossa responsabilidade evangélica: “Feliz quem não se escandalizar de mim” (Lc 7, 23).

Quanto maior for na Igreja sua relação de serviço ao mundo, aos

homens, tanto menor será sua relação de domínio e a tentação de dominar: "O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em redenção dos muitos" (Mc 10, 45). Lavando os pés de seus discípulos, Cristo lavou, por seus discípulos, os pés de todos os homens. O lava-pés não pode ser para a Igreja mera cerimônia na Quinta-Feira Santa, mas um hábito permanente.

4. Existe na Igreja o vício da dominação? O Concílio Vaticano II investiu muitas vezes contra a discriminação cultural e social da mulher, contra a discriminação de pessoas por sua cor, condição social, língua, nacionalidade, religião, raça. Podemos afirmar de consciência tranqüila que tais discriminações não existem mais entre nós, no seio da Igreja? Pense-se apenas na mulher, na cultura popular, no Primeiro e Terceiro Mundo. E que dizer das suspeitas intra-eclesiais?

O testemunho de amor fraterno, verdadeiro e sincero, entre nós sempre permanecerá o sinal principal do autêntico discípulo de Cristo: "Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros" (Jo 13, 35). As suspeitas de heresia, de cisma, de má interpretação do magistério, que hoje são levantadas por uns irmãos em Cristo contra outros, como se só uma parte dos irmãos soubesse tudo claramente, como se só uma parte dos irmãos possuísse e conservasse toda a verdade, certamente ajuda pouco para edificar a caridade na verdade, ajuda pouco à unidade da fé e da Igreja. A palavra de Cristo: "Não julgueis e não sereis julgados, não condeneis e não sereis condenados" (Lc 6, 37), talvez às vezes fique no esquecimento. Até nos meios de comunicação social às vezes fazemos afirmações sobre nossos irmãos (também bispos) sem que sejamos capazes de comprová-las. E mesmo que as pudéssemos comprovar, não seria aí o lugar de veiculá-las. Recordem-se as palavras de Bento XV que, em sua Encíclica "Ad beatissimi Apostolorum Principis cathedram", do dia 1º de novembro de 1914, abordava um problema semelhante, vigente na Igreja de então:

"Nenhuma pessoa particular se arvore em mestre na Igreja, seja em livros ou jornais, seja em palavras ditas publicamente. Todos sabem a quem foi dado o magistério na Igreja. A este, portanto, seja deixado o inteiro direito de falar como juiz, quando quiser; aos outros compete submeter-se religiosamente, quando fala, e ser atentos ao que for dito. Salvaguardadas a fé e a disciplina — quando não intervier o juízo da Sé Apostólica —, a todos é lícito dizer o que pensam e defendê-lo nos pontos que se podem discutir. Mas evite-se nessas disputas toda e qualquer intemperança nas palavras, que pode trazer grave ofensa à caridade. Cada qual defenda sua opinião, livremente, sim, mas modestamente, nem julgue ser-lhe lícito acusar de fé suspeita ou de má disciplina os que defendem opinião contrária, só por a defenderem. Queremos que os nossos também se abstenham de usar aquelas designações que recente-

---

mente se começaram a usar para distinguir os católicos uns dos outros. Não só as evitem como novidades profanas no vocabulário, que não são congruentes com a verdade nem com a justiça, mas também porque daí se seguem grande perturbação e confusão entre os católicos. A força e a natureza da fé católica é tal que nada se lhe pode acrescentar, nada suprimir... Que cada um se dê por satisfeito com professar assim: 'Cristão é meu nome, católico meu sobrenome'. Apenas procure ser de verdade o que seu nome diz" (*Acta Apostolicae Sedis* 6 [1914] 576-577).

A Igreja deve assumir hoje o mais possível a atitude do Deus misericordioso, atitude verdadeiramente materna para com todos os homens com seus defeitos e limitações, rogando a todos que também a aceitem com seus defeitos e limitações, de forma que todos possam libertar-se das imperfeições na busca do Deus perfeito. Que a Igreja proceda hoje antes pelo diálogo e pelo consenso que por via de autoridade.

Só a atitude de uma *kénosis* total, a atitude da Igreja pobre, despojada, solidária com todos homens na imitação de Jesus Cristo, poderá fazer com que a Igreja seja aquele sinal de reconciliação, penitência e esperança que o mundo de hoje tanto espera.

Muito atuais são as palavras de São Policarpo, bispo e mártir, aos filipenses:

"Os presbíteros sejam inclinados à comiserção, misericordiosos para com todos, reconduzam os errantes, visitem todos os enfermos, não negligenciem a viúva, o órfão ou o pobre, mas sejam sempre solícitos pelo bem diante de Deus e dos homens, abstenham-se de toda ira, acepção de pessoas e juízo injusto, afastem-se para longe de toda avareza, não creiam muito depressa no que se fala em contra os outros, não sejam demasiado severos no julgamento, sabendo que todos nós somos devedores do pecado" (ed. *Funk* I, 273 ss).

5. Não qualquer conflito é mau, mas só o conflito que leva à morte, seja à morte física ou à morte do coração. Surgem as guerras, quando morre o coração.

Mas o conflito que leva à vida, que não é o conflito por amor ao conflito, ou a luta contra outros, ou a luta por que se destrua o adversário, senão que é a luta pela equidade social, pelo bem da justiça social, pelos justos direitos do homem, esse conflito não deve ser rejeitado. Pelo contrário deve ser fomentado (cf. LE 20, 8).

*Conclusão.* Em sua peregrinação rumo ao Reino definitivo tenha a Igreja sempre presente sua índole *histórica* ou sua *provisoriedade*.

A provisoriedade da Igreja pede dela que seja, *aqui e agora*, sempre de novo, presença salvífica para este tempo, para esta região, para esta cultura, para este homem inserido neste contexto sócio-econômico-

---

político-cultural-religioso. Essa provisoriamente pede da Igreja, em grau máximo, capacidade de *adaptação*, atitude *permanente* de adaptação, onde se torne decisivo o elemento "tempo e espaço" com suas limitações, de forma que todo homem possa chegar ao encontro definitivo com o Deus transcendente. A Igreja nunca pode separar o ponto de vista secular e o ponto de vista da fé na vida pessoal e social do homem, mas antes, como *mediadora* do mistério do Verbo Encarnado, conduzir o homem à plenitude da redenção, libertando-o de toda dominação, especialmente do pecado.

## II

### Igreja e sociedade conflitiva

1. Este Sínodo deveria abordar o problema da reconciliação à luz da conflitividade do mundo atual. Por que tantos e tão grandes conflitos? A resposta certamente não é fácil. Ninguém duvida que a falta do sentido de Deus e, portanto, a falta do sentido da dignidade humana contribui muito para explicar este problema à luz da fé. Nesta falta de sentido de Deus e do homem reside a terrível raiz do egoísmo ou ego-centrismo que se expressa nas mais diversas formas de espoliação dos outros. A vida dos homens está organizada de tal modo que haja, como dizia João Paulo II no México, ricos cada vez mais ricos a custa de pobres cada vez mais pobres. Há uma *causa estrutural* que impede que todos, absolutamente todos os homens possam gozar dos bens que Deus abundantemente criou para todos. O destino universal dos bens foi esquecido e o direito de propriedade privada foi transformado em *algo absoluto*. Aqui está, em nosso mundo atual, uma das razões principais de tantos conflitos entre os povos.

2. E que faz a Igreja? Que deve fazer a Igreja segundo a missão que lhe foi dada pelo Cristo Senhor? Parece-me que aqui se encontra a missão específica das *Igrejas do Primeiro Mundo* com relação aos povos do *Terceiro Mundo*. Qual seria *essa missão específica*? Não se deve reduzir essa missão só ao que já se faz, embora seja de louvar a tentativa atual de comunhão de bens. Mas falta um elemento de importância ainda maior. Que elemento? O elemento de uma evangelização organicamente articulada com a evangelização que a Igreja hoje faz no Terceiro Mundo. Uma evangelização que *denuncie os mecanismos injustos* que geram e sustentam tal estrutura *intolerável, pecaminosa, anti-evangélica*, cujas *matrizes* se encontram nas nações do Primeiro Mundo e muitas vezes são sustentadas por cristãos e até mesmo por pessoas católicas. É preciso buscar com maior ardor evangélico a *justiça* entre os povos, de forma a que a *comunhão e participação* mediante a *libertação integral*

---

*de todos não seja mera palavra oca.*

3. O Sínodo até agora ainda não abordou de modo mais profundo essa realidade. Há uma preocupação demasiada com o sacramento da penitência e especificamente do ponto de vista da confissão auricular ou da comunitária, sem que se mostre como este sacramento cria um compromisso em prol da *transformação pessoal e social*. O próprio conceito de *conversão* não sempre parece claramente definido.

Como, por exemplo, se deve colocar hoje a questão da chamada *tutela legítima*? Como falar dela sem abrir as portas à corrida armamentista? Há no mundo situações bastante complexas, como, por exemplo, na América Central. Que dizer dos movimentos revolucionários *justos*? Podem os cristãos tomar as armas e defender a causa que politicamente julgam a melhor, e até derramar o sangue por ela, principalmente em circunstâncias que se caracterizam como verdadeira tirania? Como portar-se evangélicamente num mundo cheio de violência? Muitas vezes apareceu na aula sinodal a preocupação com as ideologias. Mas quem se pode declarar isento de ideologia? Que critérios há neste caso e quais são eles?

### III

#### Em defesa da celebração comunitária do sacramento da penitência

1. Como nos ensina a história do sacramento da penitência, a chamada "confissão auricular" é uma entre as diversas formas deste sacramento testemunhadas pela tradição da Igreja e, aliás, surgiu depois da penitência pública e da penitência tarifada. A confissão auricular, de fato, traz consigo um aspecto positivo: o encontro pessoal entre o fiel cristão e o ministro do sacramento, o que ajuda a uma conversão de coração, verdadeira e madura, embora isso nunca se possa conhecer ou provar devidamente. O aspecto eclesial da reconciliação, no entanto, mal aparece na confissão auricular, reduzido como está só à pessoa do sacerdote. Por esta razão, a confissão auricular parece não estar plenamente de acordo com as orientações do Vaticano II (SC 27).

2. A crise atual do sacramento da penitência de forma alguma é a primeira na história da Igreja, já que a penitência, mais que os outros sacramentos, depende das circunstâncias culturais e eclesiais em que se encontra o Povo de Deus. Reconheça-se que não poucos sacerdotes e fiéis compreenderam e praticaram a confissão auricular nos anos passados de modo claramente deformado. Por razões históricas, entre as quais o influxo de certa visão meramente jurídica ocupa o primeiro lugar, a con-

---

fissão dos pecados com a absolvição sacerdotal, entendida como se fosse um ato mágico, foi considerada a parte mais importante na estrutura da penitência. A partir daí, foi minimizada justamente aquela parte do sacramento que no Novo Testamento é considerada a mais importante, a saber: a conversão do coração. Por isso o sacramento da penitência foi privado de seu vigor e eficácia, o que em última análise explica a crise presente.

3. Investigações hermenêuticas recentes sobre a necessidade, por direito divino, de confessar os pecados para alcançar a salvação, tal como foi definido no Concílio de Trento, levam às seguintes conclusões: por um lado confirma-se o sentido habitual dessa necessidade; porém, por outro lado, essa necessidade não proíbe que a Igreja possa assumir outras formas de perdoar os pecados. Pois, segundo os especialistas, os Padres do Concílio de Trento só pretendiam definir a necessidade de confessar os pecados na confissão auricular que era a única que lhes era bem conhecida e que era impugnada naquela época. Esse modo de compreender a intenção do Concílio de Trento é confirmado pela prática da absolvição geral empregada outrora na Igreja como também pelo antiquíssimo uso da Igreja Oriental de permitir a confissão genérica na Eucaristia, celebração acessível aos católicos também de rito latino (OE 27). Seja como for, a Igreja não considera de forma alguma como absoluta a necessidade de confessar os pecados. Em perigo de morte não vigora para a Igreja tal obrigação e em casos de grave necessidade esta obrigação é diferida para não prejudicar o bem maior, a salvação das almas.

4. Deve-se reconhecer que a celebração comunitária do sacramento com confissão genérica e absolvição geral, sem obrigação de ulterior confissão específica, pode ocasionar alguns abusos que prejudicam o bem dos fiéis. Contudo, tais abusos provêm da ausência de verdadeira contrição e de uma confiança quase mágica no rito sacramental, o que pode acontecer também com relação à confissão auricular, principalmente quando administrada com grande acorrência de fiéis. Para evitar tal perigo, absolutamente não é necessário proibir tais celebrações comunitárias, mas deve-se cuidar que se apresente e se leve à prática a reta doutrina sobre as condições necessárias para uma genuína conversão ou, o que é o mesmo, para a verdadeira remissão dos pecados.

5. Em muitos lugares o uso da celebração comunitária da penitência com absolvição geral fez reviver a prática sacramental e trouxe efeitos muito positivos, vindo ao encontro da falta de sacerdotes, ajudando a formar retamente a consciência moral dos fiéis, salientando de novo o aspecto eclesial do sacramento, fortalecendo pela própria celebração litúrgica a conversão dos corações.

6. Do que ficou dito parece oportuno que a Igreja proponha fre-

---

qüentemente a reta doutrina do valor da confissão auricular e, ao mesmo tempo, ensinada pelas lições da histórica, protraia o tempo para exame e decisão sobre formas mais aptas de celebrar o sacramento da penitência, formas que geralmente, sob a ação do Espírito Santo, se originam da prática dos fiéis e do cuidado pastoral dos bispos, não excluindo a forma comunitária com absolvição geral.

*(Tradução do original latino por Francisco Taborda S. J.)*

---

O autor é arcebispo de Fortaleza, CE. Doutor em Teologia, foi professor de Teologia no Pontifício Ateneu "Antonianum", de Roma. Foi bispo de Santo Ângelo, RS, e desde 1973 é arcebispo de Fortaleza. Criado cardeal em 1976. Foi Presidente do CELAM e da CNBB. Escolhido pelo episcopado brasileiro para representá-lo no VI Sínodo de Bispos, lá foi eleito para o Secretariado Permanente do Sínodo.

**Endereço:** Caixa Postal D-6 — 60000 Fortaleza - CE.